

O museólogo como trabalhador social na construção de futuros inéditos

Vânia Brayner¹

The museologist as a social worker in the construction of unprecedented futures

Introdução

Este artigo é resultado da palestra proferida no âmbito das atividades do grupo de estudos *Sociomuseologia + Paulo Freire*, organizado pela Cátedra UNESCO Educação, Cidadania e Diversidade Cultural da Universidade Lusófona, realizada em 2020, às portas das comemorações dos 46 anos do 25 de abril — a grande manifestação política e popular que acontece anualmente em Lisboa e que se constitui num ancoradouro de todas as pautas políticas, sociais, econômicas e culturais de todos os povos que hoje habitam o território português. À época, a pandemia do Covid-19 começava a alastrar-se pelo mundo, em especial no continente europeu e, pela primeira vez desde 1974, as ruas de Lisboa estariam vazias nesse dia e a marcha da democracia não aconteceria. A humanidade iniciava naquele momento uma longa e dramática batalha contra um inimigo invisível, desconhecido e avassalador. Ao pensar sobre o tema a ser desenvolvido para o debate com os colegas naquele encontro virtual — o museólogo como trabalhador social na construção de futuros inéditos —, lembrei-me dos dois anos em que participei dessa enorme festa política, e que me fizeram ver a importância dessa memória da resistência no fortalecimento da liberdade democrática.

Veio também à mente a primeira visita que fiz ao Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Lisboa, na semana da votação do impeachment da ex-presidenta do Brasil, Dilma Rousseff. A frase “sem memória não há futuro” na parede do Museu ganhava para mim um significado ainda mais pungente, pois sabia que para muitos no Brasil, a ditadura civil-militar sequer existiu. Uma farsa reiterada por conservadores e fascistas, na qual muitas pessoas acreditam, principalmente as mais jovens. Uma das questões que, a meu ver, fragiliza a percepção desse período da história brasileira é o fato de não existir uma data em que se rememora a resistência contra a ditadura militar e a liberdade do povo brasileiro, como ocorre em Portugal.

¹ Doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT), em Lisboa, bolsista CAPES (BEX 2302/15-2). Professora do Departamento de Museologia da ULHT. Investigadora associada à Cátedra UNESCO/ULHT em Educação, Cidadania e Diversidade Cultural. Mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0766-4953> | E-mail: vaniabrayner2012@gmail.com

Foto 1 – Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, em Lisboa, 2016



Fonte: Arquivo privado

A despeito de todas as lutas e ações de resistência, a chamada «abertura democrática» resultou de mais um grande acordo nacional entre as elites econômicas e políticas do país, obviamente assustadas com os crescentes movimentos grevistas dos trabalhadores, especialmente da indústria, contra a carestia e por melhores condições de vida. A ausência dessa memória suprimiu o real entendimento da história brasileira, fragilizou as suas instituições e, em pouco mais de 30 anos pós-abertura, devastou o Estado democrático de direito com mais um golpe, dessa vez jurídico-midiático, contra uma presidenta eleita democraticamente e sem qualquer crime de responsabilidade.

Essa bela festa da democracia portuguesa também me fez pensar que a memória da resistência e da luta pela liberdade igualmente nos serve para impulsionar novos desejos de futuro. «Falta a revolução no ensino superior e na ciência». Esta frase estava escrita numa grande faixa empunhada por investigadores e professores no 25 de abril de 2019, o último do qual participei, a qual me fez pensar que ainda estava por cumprir-se a revolução no mundo do Saber. Porém, considero que a revolução na educação deve dar-se como um todo, não apenas no ensino superior e na ciência, mas também em todas as áreas do conhecimento humano, fundamentais para a construção criativa de futuros inéditos desejados. Mas aquela frase também serviu para assegurar-me de que eu não estava sozinha, quando expus um desejo de futuro em minha investigação doutoral: o processo revolucionário no campo da museologia, sobretudo na escola de pensamento da sociomuseologia, deve ser contínuo, no qual a memória sirva como recurso para a sua auto revolução.

A história nos conta que a Revolução dos Cravos venceu o fascismo em Portugal e, junto com ele, venceu o obscurantismo, o atraso social e o analfabetismo. Naquele ano de 1974, a taxa de analfabetismo chegava perto dos 26%, ou seja, uma a cada 4 pessoas em Portugal, não sabia ler. Em 2011, são 5,2% de analfabetos (Pordata), em sua maioria, pessoas idosas e habitantes do interior do país. A história do 25 de abril também nos conta que, pós-revolução, o «método» Paulo Freire foi reconhecidamente uma fonte inspiradora para o programa de alfabetização de jovens e adultos, um tema que considero ainda pouco analisado nas investigações sobre Educação em Portugal e no Brasil. Por isso, às portas do 25 de abril, falar sobre o meu conterrâneo e sobre a categoria «trabalhador/a social» serviu para transportar-me aos momentos de arrebatamento durante a escrita da minha tese, quando percebi que o principal motivo condutor do pensamento e da ação de Paulo Freire era o grande amor que nutria pelo seu povo e que a sua pedagogia era revolucionária porque apontava para uma educação libertadora, baseada na produção dialógica e simétrica do conhecimento, voltada essencialmente para o povo oprimido.

Esta opção consciente fez de Paulo Freire um educador amado e respeitado, e um dos mais citados por estudiosos das várias áreas das ciências humanas e sociais, no Brasil e no mundo. Mas as suas ideias também atraíram o ódio de conservadores e extremistas. Hoje no

Brasil, como vemos nos últimos tempos, existe um verdadeiro exército de fascistas a tentar destruir a sua memória e o seu legado. Mas afinal, por que esse homem franzino, de fala mansa, assusta tanto os reacionários? Talvez porque ele nos convoque a sonhar como um “ato político necessário”, mas também a estar no mundo dentro da história, “em permanente processo de tornar-se” (Freire, 2013, p.219/254, passim); e, assim, nos incite a rejeitar o imobilismo e a mera adaptação a uma única maneira de pensar o mundo.

Mais do que um «método» para ensinar a codificar e decodificar palavras, o processo de aprendizado freiriano estimula a leitura do mundo com olhos críticos, mas igualmente esperançosos. Na leitura do mundo proposta por Freire, as palavras devem gerar debates sobre a realidade das pessoas envolvidas no processo e sobre como essas palavras inserem-se nas suas situações existenciais. É a partir daí, que se abrem perspectivas para a compreensão crítica e consciente dos problemas locais, regionais e nacionais. A força desse pensamento demanda em nós uma constante tensão dialética entre a denúncia de um presente injusto numa sociedade espoliadora e o anúncio do sonho de um futuro melhor e possível (p.220/254, passim). Investida desse pensamento provocador, proponho-me a discutir neste artigo a categoria freiriana do «trabalhador social» — uma das mais caras ao marxista Paulo Freire. Para o educador e filósofo, por meio da reflexão e da ação, o trabalhador social deve atuar como um agente nas transformações do mundo que se fazem necessárias.

Paulo Freire e a sociomuseologia

No campo da museologia, percebemos claramente a influência do pensamento freiriano nas definições de Santiago e nas ideias de Waldisa Rússio. As suas ideias, alinhadas à Teologia da Libertação, também inspiraram a proposta do «museu integral» na Mesa Redonda de Santiago do Chile. Mas essa história e os reflexos da Mesa — “o espírito de Santiago”, como diz Varine —, estão em debate em minha tese e não fazem parte da discussão que pretendo trazer para este trabalho. A minha proposta aqui é debater o papel do museólogo enquanto trabalhador social na construção de futuros inéditos, contido no próprio título deste artigo. Para falar sobre este tema, considero que a obra teórica de Waldisa Rússio é incontornável. A priori, considero Rússio a precursora do termo “trabalhador social” no campo da museologia brasileira. Ela própria atuava enquanto tal. Da academia à vida, Rússio não abria mão do rigor acadêmico, mas o seu pensamento científico era impregnado de humanismo e de uma utopia propulsora da ação. A professora Cristina Bruno diz que a frase — “o museólogo é um trabalhador social” — agia como um «mantra» em sala de aula. Ao investigar a origem desta categoria em seu pensamento, descobri numa nota de rodapé que a sua construção se deu a partir do sociólogo Florestan Fernandes e do filósofo e educador Paulo Freire, o qual discorre sobre «o papel do trabalhador social no processo de mudança», em sua obra *Educação e Mudança*, publicada em 1981.

Rússio diz que só a consciência humanística e histórica será capaz de fazer com que o conhecimento no campo da museologia esteja fortemente voltado ao desenvolvimento integral da pessoa e à formação do museólogo como «trabalhador social». Só essa consciência será capaz de construir um pensamento crítico, complexo e reflexivo, com um papel social transformador. Mas é bom alertar que a expressão «trabalhador social», a partir de Freire, não se aplica ao trabalhador que apenas exerce a função social do seu trabalho, ou sua «prática bancária», mas a quem trabalha conscientemente com o social, a contribuir para o processo de mudança. Esta sutil diferença significa, principalmente, “não recusar a dimensão e o risco político, social, do seu trabalho” (Guarnieri, 2010, p. 153).

A expressão pueril de que «só existe uma museologia», quando se reivindica espaços institucional, político e acadêmico para a escola de pensamento da sociomuseologia, diz muito daqueles que a utilizam. Afirmando isto apoiados na concertação de que o museu, como parte da sociedade, obviamente deve exercer uma função social. Deveriam, mas no sentido do trabalho social apontado por Freire e Rússio, não o fazem. A museóloga Judite Primo (2014) nos diz que

a diferença está na forma de atuação: uns apegam-se às questões administrativas, documentais e preservacionistas do objeto; e outros, estão mais voltados às necessidades e anseios sociais e, por isso, trabalham com a ideia de patrimônio entendido na sua globalidade. E nessa globalidade, estão incluídos os acervos de grandes e graves problemas mundiais, decorrentes de um sistema econômico que menospreza a vida e extrapola o uso dos recursos naturais do planeta para acumular cada vez mais riqueza e poder para poucos.

É evidente que todos os que atuam na museologia e nos museus fazem parte da estrutura social, mas exatamente por essa estrutura ser humana, histórica, estável e mutável dialeticamente, é que conseqüentemente, ela divide-se entre os que desejam a estabilidade

Fotos 2 e 3 – Das bancas acadêmicas para as ruas, em defesa da democracia e da liberdade: Waldisa Rússio em conferência com Gael de Guichen e autoridades, na década de 1980 (foto 2); e na passeata pelas Diretas Já, em São Paulo, 1984, a segurar a faixa da Associação Paulista de Museólogos (foto 3).



Fonte: Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – IEB/USP

ou a mudança e, para fazer valer as suas ideias, organizam-se em instituições, organismos e grupos que refletem as suas opções ideológicas e atuam segundo as suas táticas e estratégias de ação, e assim, trabalhar para manter ou transformar a realidade. Freire explica que a estrutura social não poderia ser exclusivamente mutável e nem estável, pois deixaria de ser humana, histórica. E se não for histórica, não é estrutura social.

Freire também alerta que o papel do trabalhador social é muito mais amplo e complexo, pois a mudança é apenas um dos aspectos. As duas categorias — mudança e estabilidade — são resultados da ação, do trabalho que o homem exerce sobre o mundo. A estrutura social é o mundo humano, o mundo histórico-social em processo, portanto, não é nenhum dos aspectos de forma isolada. É, na verdade, a duração do “jogo dialético” entre eles. Quanto maior for a resistência de algum aspecto que poderia ser mutável — econômico, social, político, cultural — mais longo será o «jogo» e mais difíceis serão as transformações.

Como Freire diz que a mudança e a estabilidade são resultados da ação, do trabalho do homem sobre o mundo, alerta que a contradição entre essas duas categorias não se dá independente dessa estrutura que, na realidade, é o mundo humano, o mundo histórico-social em processo. Dessa forma, é importante que o trabalhador social que faz a opção pela mudança tenha como objeto de reflexão a estrutura social como um todo, mutável e estável ao mesmo tempo. “Falar pois do papel do trabalhador social implica a análise da mudança e da estabilidade como expressões da forma de ser da estrutura social. Estrutura social que se lhe oferece como campo de seu quefazer” (Freire, 2013a, p.12). Para Freire, o trabalhador social é um ser em relação com a realidade que deve buscar entender ou explicar e isto se dá por meio do conhecimento dessa realidade.

No entanto, esse conhecimento não será possível apenas do ponto de vista intelectual, mas “na indivisibilidade da reflexão e da ação da práxis humana” (Freire, 2013a, p.12). Para o filósofo-educador, o movimento *ação => reflexão da ação* é que irá permitir ao trabalhador

social identificar quais forças predominam na sua realidade, se de mudança ou estabilidade, e quais trabalhadores sociais estão engajados com essas forças. Tentar conscientizar os indivíduos com os quais trabalha, enquanto também se conscientiza, por meio da comunicação e da colaboração, é característica do trabalhador social que não tem medo da mudança, que não vê nela uma ameaça ao seu *status quo*, que não se considera «o agente da mudança», mas um de seus agentes. Esta é a concepção humanista de Freire sobre o trabalhador social que optou pela mudança.

E foi dentro desse «jogo dialético» apontado por Freire que, no campo da museologia, a Declaração da Mesa Redonda de Santiago, em 1972, atribuiu uma função ao novo tipo de museu proposto por seus participantes. Penso que essa função é a pedra de toque desse debate. A declaração diz que o museu “pode **contribuir para o engajamento destas comunidades na ação**, situando suas atividades em um quadro histórico que permita **esclarecer os problemas atuais**, isto é, ligando o passado ao presente, **engajando-se nas mudanças de estrutura** em curso e **provocando outras mudanças** no interior de suas respectivas realidades nacionais” (Declaração de Santiago, 1972). Esta talvez seja a primeira tentativa de definir o trabalho do/a museólogo/a enquanto trabalhador/a social, cuja diferença, portanto, está na opção por um quefazer na ação junto às comunidades, pela crítica do presente e pela participação ativa nos movimentos por mudança das estruturas da sociedade.

É esta opção, no entanto, que faz com que os que defendem a sociomuseologia sejam taxados como «ideológicos» pelos que, na disputa pelo Poder e pelo Saber, desdenham da legitimidade desses trabalhadores sociais na produção de conhecimento, como uma escola de pensamento no campo da museologia. É exatamente entre esses saberes e poderes estabelecidos no mundo dos museus e da museologia que a palavra «mudança» quase sempre não encontra acolhimento em seus conceitos e práticas. Por isso a importância de afirmarmos aos que citam Freire como *palavreria*, que a sua pedagogia é deliberadamente provocativa para o engajamento do trabalhador social. No pensamento de Freire não há espaço para neutralidades.

O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas “águas” os homens verdadeiramente comprometidos ficam “molhados”, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro. Ao experienciá-lo, num ato que necessariamente é corajoso, decidido e consciente, os homens já não se dizem neutros. A neutralidade frente ao mundo, frente ao histórico, frente aos valores, reflete apenas o medo que se tem de revelar o compromisso. (Freire, 2013a, p. 11)

Na verdade, a ideologia desses que defendem a tal «museologia única» é a manutenção de uma suposta neutralidade científica que tergiversa a sua indiferença e imobilidade; e de uma fantasiosa ou mal-intencionada «harmonia social» numa realidade de exclusão e opressão. É a opção pelas “meias mudanças, que é uma forma de não mudar” (Freire, 2013a, p.17). O grande desafio do nosso campo, portanto, é compreender o que Freire nos diz sobre **o trabalhador social não poder ser neutro**, ante uma realidade de desumanização, exploração e miséria; de violência e de um progresso sem fim que poderá levar à destruição a vida no planeta. É pelo desenvolvimento desta percepção crítica da realidade por parte dos indivíduos, pela reflexão e ação sobre uma realidade que parece em si inexorável, que o trabalhador social deve atuar e, assim, construir o que Freire chama de «esperança crítica para a transformação» (Freire, 2013a).

Frente a uma realidade que não é neutra e que é permeada pelas contradições da estrutura social, ao trabalhador social é exigida uma tomada de posição e, conseqüentemente, a sua opção pela transformação ou pela permanência dessa estrutura. Se optar pela transformação, ato contínuo, também decidirá sobre metodologias e técnicas que evitem a manipulação ostensiva ou disfarçada, a neutralidade, a paralisação, a mitificação da realidade e

o assistencialismo, pois todas essas ações e reações são características daqueles que desejam «normalizar» a sua opção pela antimudança.

O trabalhador social que opta pela mudança não teme a liberdade, não prescreve, não manipula, não foge da comunicação, pelo contrário, a procura e vive. Todo seu esforço, de caráter humanista, centraliza-se no sentido da desmistificação da realidade. Vê nos homens *com* quem trabalha — jamais *sobre* quem ou *contra* quem — pessoas e não “coisas”, sujeitos e não objetos (Freire, 2013a, p.20).

Para Freire, o trabalhador social é um ser em relação com a realidade que deve buscar entender ou explicar, e isto se dá por meio do conhecimento dessa realidade. No entanto, este conhecimento não será possível apenas do ponto de vista intelectual, mas “na indivisibilidade da reflexão e da ação da práxis humana” (Freire, 2013a, p.12). Para o filósofo-educador, o movimento *ação => reflexão da ação* é o que irá permitir ao trabalhador social identificar quais forças predominam na sua realidade — se de mudança ou estabilidade —, e quais trabalhadores sociais estão engajados com essas forças. Tentar conscientizar os indivíduos com os quais trabalha, enquanto também se conscientiza, por meio da comunicação e da colaboração, é característica do trabalhador social que não tem medo da mudança, que não vê nela uma ameaça ao seu *status quo*, que não se considera «o agente da mudança», mas um de seus agentes. Esta é a concepção humanista do trabalhador social que optou pela mudança.

E foi esta concepção que fez de Waldisa Rússio uma trabalhadora social que optou pela mudança e que elegeu a categoria «trabalho» como o principal elemento na construção do que entendia como «ser social», o que caracterizou a sua obra numa dimensão que, a meu ver, também se concerta com os princípios ontológicos do marxismo. Um dos autores citados pela museóloga, György Lukács (1885–1971), ao apontar o trabalho como categoria central na obra de Karl Marx, afirma que é através dele que acontece uma dupla transformação: “o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, a sua própria natureza” (Lukács, 1979, p.16).

Guarnieri ratifica essa ideia ao afirmar que “o homem é o resultado de um processo que se realiza com a sua intervenção e participação conscientes” (Guarnieri, 2010, p.151) e que “nas suas relações com a natureza e com os outros seres, inclusive outros homens, inventou técnicas, produziu utilidades, hábitos, costumes, crenças e valores. Esses diferentes aspectos da criação humana constituem aspectos do trabalho do homem, de sua cultura” (Guarnieri, 2010, p.151). A partir da ideia de que trabalho é cultura, Waldisa Rússio afirma que, para o museólogo, “cultura é o fazer e o viver cotidiano” e, portanto, “cultura é o trabalho do homem em todas as suas manifestações, e aspectos; cultura é a relação do homem com seu meio, com os outros seres, incluindo os outros Homens. Cultura é a vida vivida” (Guarnieri, 2010, p.208).

É exatamente por entender que o museólogo está contido no curso da história que Rússio recusou essa «morna neutralidade» presente entre muitos profissionais da área que, na execução ordinária das suas atividades museológicas operacionais — como coletar, pesquisar, conservar, documentar e comunicar (seja por meio de exposições ou ações educativas e culturais), sob critérios alegadamente neutros —, ocultam que nenhuma dessas ações é aleatória ou estão isentas de suas visões sociais de mundo, pois a própria definição sobre qual objeto será coletado já é um reflexo de quem o escolheu (Guarnieri, 2010, p.67). Mas também a forma que tal objeto é coletado ou arrancado da sua realidade, visto que este aspecto reflete as relações de poder contidas na formação de coleções de inúmeros museus, especialmente aqueles com pretensões universalizantes, legatários da exploração, dos saques e roubos e até da destruição de civilizações conquistadas.

Reflexões finais

Depois desse percurso epistemológico, talvez seja mais fácil perceber que a ideia do museólogo enquanto trabalhador social, a partir de Freire e Rússio, é totalmente compatível com os princípios teórico-metodológicos da sociomuseologia. Em meu processo de construção de conhecimento, percebi ainda que o engajamento na realidade das pessoas com as quais decidimos caminhar e trabalhar é o principal compromisso que Freire nos propõe, enquanto trabalhadores sociais, como experiência consciente e corajosa, para não mais nos dizermos neutros. Freire (2013b) afirma o amor à vida como condição precípua para o diálogo que, por sua vez, é definido como um encontro solidário entre “o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado” (Cap. 3, p.7).

Dessa forma, mais do que ensinar técnicas de museus, precisamos aprender a trabalhar com as comunidades de forma «dialógica» na produção coletiva de conhecimentos. Práticas museológicas participativas exigem diálogo simétrico, onde não existe iniciativa absoluta de nenhuma das partes nessa interlocução. A meu ver, a ampliação dos horizontes epistemológicos da sociomuseologia passa pela união dialética entre o saber-agir de forma inter-relacional, plural, criativa e radicalmente democrática e que se faz juntos, inseridos nas contradições da sociedade, a desafiar nossa capacidade de compreender o processo que associa reflexividade, experiência vivida, trabalho e ação política. Nesse processo não há espaço para donos do Saber que, nutridos por uma suposta neutralidade científica, reforçam a ideologia das elites que detêm a hegemonia em seus projetos e reafirmam os seus interesses econômicos, políticos, éticos e estéticos, por meio de uma suposta «verdade histórica», da instrumentalização do aparelho estatal na condução de um presente a serviço do «conquistador contemporâneo» (o capital) e da imposição à sociedade de uma única e inexorável direção ao futuro.

Referências Bibliográficas

- FREIRE, Paulo (2013). *Pedagogia da esperança – um reencontro com a pedagogia do oprimido* [recurso eletrônico, formato ePUB] – 1a ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (2013a). *Educação e mudança* [recurso eletrônico, formato ePUB] – 1a ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (2013b). *Pedagogia do oprimido* [recurso eletrônico, formato ePUB] – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo (2010). Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional (Volume 1), M. C. Oliveira Bruno (Org.). São Paulo: Pinacoteca do Estado/Secretaria do Estado de São Paulo/Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- ICOM, 1972 I. (1). Mesa-redonda de Santiago do Chile - ICOM, 1972. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15). Obtido de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/335>
- LUKÁCS, Georg, (1979). *Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas.
- PRIMO, Judite Santos (2014). O social como objecto da museologia. In: *Cadernos de Sociomuseologia*, 03, Vol. 47. Obtido de <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/4529/305>